

RESUMO

Este trabalho busca compreender a construção de um efeito identitário nas escritas de Cora Coralina e Carolina de Jesus, autoras da literatura contemporânea brasileira. Mais especificamente, interessa-se pela dinâmica discursiva que, em práticas languageiras de teor autobiográfico, dá lugar a simulacros de identidades articulados a processos identificatórios *dos* sujeitos. Para tanto, mobiliza-se uma interface do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso com as *teorias da diferença*, capaz de fundamentar a apreensão de alguns movimentos de sentido sobre a reabilitação das minorias da História. Partindo do princípio de que o funcionamento discursivo configura um efeito-sujeito nessas duas “práticas de si”, a análise institui, metodologicamente, uma *formação discursiva de legitimação das memórias excluídas*. Essa categoria teórico-analítica direciona a análise das regularidades apreendidas da materialidade discursiva, sem, no entanto, negar o ato de interpretação possibilitado pela relação do fio discursivo com o interdiscurso. A partir de algumas categorias lingüísticas, colocadas a serviço do funcionamento discursivo, a pesquisa constitui efeitos de regularidade, tanto no âmbito da formação dos objetos como no plano dos modos de enunciação. Entretanto, esse gesto de extração das formulações enunciativas traz à baila movimentos de dissensão no interior mesmo da discursividade apreendida. Como resultado, assinala-se que, sob o crivo da heterogeneidade discursiva e da reciprocidade entre *resistência* e *poder*, constitui-se um mosaico de identificações e identidades, contemporâneas à irrupção de efeitos-sujeito distintos entre si e divididos em relação a si mesmos.

Palavras – chave: Discurso. Identidade. Diferença. Literatura. Resistência. Memória.

INTRODUÇÃO

No enalço dos paradoxos de uma ética: entre (o mito d)a margem e o âmago do centro (desejado)

Há muito temos gritado: “*Não somos mundo!*”; mas *com palavras* – que também não fogem do simbólico do dizer. Se, como todos os sentidos, não somos mais que ficções, como sonhar com o devir? Como ousar o singular se, frutos meros da linguagem, só encontramos um rastro de signo no enalço da palavra (que, a propósito, não é nossa)? Enfim, se até o alento de que não somos essência só pode surgir sob a tutela da linguagem, como fugir da representação e dar lugar à diferença para além daquilo que é representado como diferente?

No tom desta angústia diante do símbolo que nos engendra, despontam os versos de Cora Coralina, que indagam: “*Se tudo já foi dito, o que ficou para mim?... / a palavra nova... Como será? / Mesmo nova será nascida de um arcaísmo*”. Mas, como é típico do código faltoso prover de excesso o sentido, o lamento poético da escritora goiana parece desdobrar-se em pelo menos dois ressentimentos paradoxalmente interligados: a) aquele que surge em meio à constatação da exterioridade (discursiva) que entretece o dizer e proscree o *sujeito que diz* e b) o da fala feminina, que “sempre existiu e nunca foi ouvida” (VIANA, 1995), pois já coube ao homem dizer tudo. A partir dessas duas ordens de inquietação depreendidas da lírica coralineana, é possível situar a problemática central deste trabalho, que se volta para a análise de uma ética pós-moderna, materializada nas produções literárias de Cora Coralina e Carolina de Jesus, autoras da literatura contemporânea brasileira.

De início, é possível inscrever este estudo num espaço teórico-epistemológico avesso à ótica da representação e de todos os correlatos da reconição e do retorno do mesmo. Nos termos de um pensamento diferencial, que, ao recusar o essencialismo implicado na esfera do conceito, dialoga com a Análise do Discurso (base teórica central deste trabalho; doravante AD), esta empreita investigativa mobiliza uma perspectiva construtivista de abordagem dos objetos, sem, contudo, dissolver a esperança da singularidade no rio calmo da estrutura. Afinal, do interior de um espaço

de interface da AD com as chamadas teorias da diferença, este estudo se propõe refletir sobre a configuração discursiva de uma *prática de si mesmo* (Cf. FOUCAULT), concretizada nas produções literárias das duas autoras referidas. Na esteira da afirmação foucaultiana do discurso como forma de subjetivação, prestigia-se a articulação (enunciativa) das relações de *saber* e *poder* para se compreender as possibilidades de *diferenciação* e liberdade, constituídas nessas escritas femininas de teor memorialista, que se dispersam entre a ficção e o relato.

Mediadas por este objetivo geral, as investidas sobre a materialidade de análise se desenvolvem, no decorrer do trabalho, a partir da hipótese de que o contexto da chamada “pós-modernidade” abriga determinadas regras que possibilitaram a formação de um processo discursivo de convalidação das memórias excluídas, em cujo interior se delineiam efeitos de subjetividade repartidos entre exercícios de poder e resistência. Mais especificamente, os capítulos seguintes buscam explicitar a tese de que a trama interdiscursiva, materializada no fio das sequências extraídas das obras das duas autoras e representativas desse processo discursivo (instituído, metodologicamente, como *formação discursiva de referência*), constrói efeitos de sujeito que oscilam entre a *luta contra a sujeição da subjetividade*, à maneira de uma estética da existência (FOUCAULT, 2006a), e a *renúncia de si*, como sujeição à ordem da lei.

A declarada inscrição deste trabalho no espaço de “aliança” da Análise do Discurso com um pensamento diferencial pode, de início, incitar um questionamento acerca da legitimidade desta aproximação: é possível, à análise da construção discursiva do sujeito, desenvolvida a partir da categoria metodológica de *formação discursiva* (FD), livrar-se do reino da representação, se, na base desta noção (de FD), encontra-se o postulado da *identificação*, referido por Deleuze como um dos liames da ótica representacional?

Para se encetar uma resposta a esta pergunta, cabe assinalar, inicialmente, a reconfiguração imposta à noção de *formação discursiva* e a outros componentes da rede conceitual da AD pela interface que este campo teórico estabelece com outros sistemas de pensamento voltados para o “devir menor”, para as linhas de fuga do saber. No âmbito deste trabalho, a mobilização do conceito de *formação discursiva* implica o que Deleuze designa a desterritorialização do modelo, sendo que a identificação com um dado saber não significa a submissão ao majoritário. Do mesmo modo, ao prestigiar os movimentos de contra-identificação dos sujeitos com uma FD, este estudo não submete a diferença à ordem da identidade por meio do recurso à faculdade da oposição.

Desembaraçada da razão e situada mediante o *pensamento* (com toda a força que foi concedida a este termo pelos trabalhos de Deleuze e pela trajetória de Foucault sobre o *saber*, o *poder* e o *si*), esta análise da construção do sujeito se fundamenta nos modos de identificação com a FD, que extrapolam a relação do idêntico com o diferente. Trata-se, de fato, da relação do diferente com o diferente, visto que o sentido de um sujeito defensor das memórias subalternas não é uma essência “em si”, mas uma virtualidade, que aponta para a multiplicidade de devires imprevistos. Para além da reafirmação de um *a priori* e da oposição *dos* indivíduos ao que já existe *representado* no senso comum (ou às “imagens do pensamento”, cf. Deleuze), os movimentos de identificação que perpassam os sujeitos analisados inscrevem a possibilidade de se assumir toda a potência do pensamento, como a “máquina de guerra nômade”. Remete à postulação anti-representacional de que:

o intensivo, a diferença na intensidade, é ao mesmo tempo o objeto do encontro e o objeto a que o encontro eleva a sensibilidade. Não são os deuses que são encontrados; mesmo ocultos, os deuses não passam de formas para a reconhecimento. O que é encontrado são os demônios, potências do salto, do intervalo, do intensivo ou do instante, e que só preenchem o diferente com o diferente; eles são os porta-signos. (...) Tem-se, assim, a diferença na intensidade, a disparidade no fantasma, a dessemelhança na forma do tempo, o diferencial no pensamento. A *oposição*, a *semelhança*, a *identidade* e mesmo a *analogia* são apenas *efeitos produzidos por estas apresentações da diferença*, em vez de serem as condições que subordinam a diferença e fazem dela alguma coisa representada. (DELEUZE, 2006, p. 210)

Nessa direção, cumpre, ainda, explicitar a dupla acepção de *diferença* que importa para a circunscrição dos propósitos deste trabalho. De um lado, prestigia-se a tônica do *diverso* (instituído como o *dado* passível de ser apreendido pela representação). No escopo desta acepção “naturalizada” de diferença, incluem-se os “sentidos comuns” de resistência, implicados nas escritas minoritárias e que não se desembaraçam da “glória do conceito” denunciada por Deleuze. Isso porque, sob este prisma, o que aparece como *diverso* (a “identidade subversiva” do negro, da mulher, do favelado) só o é em razão de um fundamento, de um modelo que ele acaba fazendo *retornar como o mesmo*, haja vista que ele atua no âmbito da *oposição*, inevitavelmente subordinado à representação. A outra perspectiva de se tomar a *diferença*, e que embasa esta análise, consiste no que chamamos, com Deleuze, de *diferença pura*; ou seja, remonta àquilo que a investida de Schöpke (2004) sobre a filosofia deleuziana define

como “o que faz que algo seja diferente”. Assim sendo, a adoção da categoria de *formação discursiva* como via de acesso aos efeitos de sujeito não condena a diferença ao jugo da identidade, calcada na ordem da representação. Sobretudo porque o teatro filosófico de Deleuze (cf. MACHADO, 2009) admite a *regularidade* (re-encaminhada, nesta pesquisa, à instância da formação discursiva) como efeito do processo de diferenciação: ou seja, o movimento de se “rasgar o caos” – constituindo-se virtualidades que produzem dessemelhança – convalida a regularidade, que, tanto quanto o *devenir*, é característica do *ser*. Se, como assevera Schöpke (2004, p. 155), o projeto deleuziano não nega as regularidades, mas sim o idêntico e a submissão dos seres a um único fundamento, parece pertinente a mobilização da categoria de *formação discursiva*, a fim de se pensar a constituição de linhas de fuga do saber, providas do espaço das singularidades puras. Distanciadas do terreno da reconhecimento – que é desautorizado pela “descoberta” de Deleuze de que reconhecer não é pensar – as singularidades que povoam o caos, à maneira do “devenir louco”, dão lugar, contudo, à própria diferença e não à identidade, uma vez que

o eterno retorno não faz “o mesmo” retornar, mas o retornar constitui o único Mesmo do que devém. Retornar é o devir-idêntico do próprio devir. Retornar é, pois, a única identidade, mas a identidade como potência segunda, a identidade da diferença, o idêntico que se diz do diferente, que gira em torno do diferente. (DELEUZE, 2006, p. 69)

Na esteira da postulação deleuziana de uma ordem de *diferença*, que preside à univocidade do seres configurada pela multiplicidade, tem-se, com Mostafa (2008, p. 16), que “o Ser é Uno, mas sua univocidade é multiplicidade e Devir. Nada e nenhuma coisa é igual a ela mesma, pois o tempo carrega tudo em seu curso, como as águas do rio heraclítico. O que volta? Volta o diferente”. Eis que se encontram, no pensamento diferencial de Deleuze, que ecoa em outros enfoques do devir minoritário, pontos de ancoragem para as reflexões sobre a dinâmica identitária, desenvolvidas neste trabalho. Tendo em vista que, sob a ótica deleuziana, não somos mais que simulacros (pois não há nunca um “em si” que nos forneça um princípio), é possível estabelecer pontos de convergência entre as postulações de Deleuze e alguns outros trabalhos que embasam esta pesquisa. Especificamente, é possível depreender alguns diálogos entre a “geografia de Deleuze” (cf. MACHADO, 2009) e os estudos que possibilitam pensar a identidade como *efeito de discurso*.

No que toca à noção de *identidade*, fundamental a esta pesquisa, é preciso ressaltar, além da sua configuração como *efeito de discurso*, o fato, já insinuado, de que: “as identidades são fluidas, elas não são essências fixas, não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas” (WOODWARD, 2000, p. 34). Isso porque, de acordo com Hall (2000, p. 16), “as sociedades modernas não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única causa ou lei”.

Em resumo, diferentemente de uma concepção unificada de identidade – que estabilizaria a subjetividade, produzida homogeneamente numa “escrita de si” –, o que se empresta da filosofia da diferença, mas também dos Estudos Culturais, neste trabalho, é uma aceção de identidades como categorias *contingentes* (cf. DERRIDA, 2006), que emergem em momentos históricos particulares. A esta postulação, pode-se acrescentar, à guisa de uma reconfiguração necessária para a apropriação desta noção pela AD, que as identidades emergem em momentos históricos particulares, sob o crivo de determinadas condições de produção. Ou seja, engendram-se, processualmente, numa ordem de condições de possibilidade dos discursos, que, nos termos de Courtine (1981), se desdobra segundo um plano das *condições de produção da seqüência discursiva de referência* e segundo um plano interdiscursivo, em que se forma o *processo discursivo no interior de uma formação discursiva de referência*.

Desse modo, e apesar da impossibilidade de se “cercar” plenamente os sentidos – visto que eles, inevitavelmente, escapam às palavras e derivam para outras direções –, é preciso fazer alguns apontamentos sobre os efeitos de sentido produzidos pelo uso da palavra *trama* no título desta tese e circunscrever o efeito compatível com a pesquisa que ora se apresenta. Apesar da ambigüidade e do equívoco a que se expõe (o que não surpreende, pois, segundo Pêcheux, o próprio da língua é ela ser fadada ao equívoco), esta formulação remete, aqui, à rede de relações que, na ordem da discursividade posta em questão, se estabelecem entre os dizeres constitutivos dos efeitos de sujeito. Esta rede de relações estabelecidas entre formulações – que compõem o *campo associado* do enunciado (Cf. FOUCAULT, 2005, p. 111) – sinaliza para o caráter necessariamente histórico da *função enunciativa*, que se constitui como categoria teórico-metodológica deste estudo. Sendo assim, a referência a uma “trama discursiva de si”, no título deste trabalho, não deve ser tomada como remissão a uma instância subjetiva da ordem do empírico e do racional. Ou seja, a referência a uma *trama* discursiva não deve ser entendida, aqui, de forma a sugerir que o trabalho se propõe investigar as astúcias de

sujeitos que, intencional e conscientemente, tramariam a sua própria representação, constituída por uma dada superfície lingüístico-textual. A ocorrência desse termo afirma, pois, o caráter eminentemente discursivo deste estudo, que, a partir da análise das relações entre dizeres provindos dos domínios *de memória*, *de atualidade* e *de antecipação* de alguns enunciados, pretende compreender a produção discursiva de determinados efeitos de identificação e de identidade, capazes de situar as subjetividades em questão na instância de uma “prática de si”.

Não obstante a sua inscrição numa ótica de reconhecimento dos objetos (incluindo-se o sujeito) como construtos discursivos contingentes, este trabalho não renega a porção de “natureza” que, (dis)simulando realismo, perturba incessantemente a dimensão da “cultura” nas produções das últimas décadas. No movimento de intercessão do empírico, incapaz de se deixar contar, com o simbólico que o “inventa”, emerge uma outra ordem de determinação deste trabalho: a que diz respeito à configuração material e sócio-ideológica da cena pós-moderna, marcada pela insurreição das minorias.

Na esteira da ancestral polêmica entre materialismo e idealismo, o discurso crítico acerca do chamado “pós-moderno” tem se dividido entre o elogio e a condenação. Nesse sentido, encontram-se posicionamentos díspares acerca dos “méritos” e dos “equivocos”, que, segundo os dois termos antagônicos desta contenda, seriam impostos pela ordem sócio-histórica (a “pós-modernidade”), cujo desdobramento estético tem sido referido como pós-modernismo. A divergência é tamanha que é possível depreender definições opostas desse “período”, situadas num *continuum* que abriga desde a sua caracterização como movimento reabilitador da consciência histórica, perdida no hermetismo moderno da *arte pela arte*, à de epítome da recuperação nostálgica do passado em detrimento do futuro. No cerne das discussões, produzem-se dissensos até mesmo sobre a existência de uma configuração de ruptura em relação à modernidade, o que instaura dúvida sobre a legitimidade do prefixo “pós”, mobilizado nos termos cognatos de “pós-moderno”.

Para além da polarização que legitima ou rechaça o “pós-moderno”, emerge um entremeio, intrinsecamente afinado com os propósitos deste estudo e com o caráter paradoxal do que se tem constituído nas diferentes esferas da vida (sócio-histórica, ideológica, econômica e estética) ao longo das últimas décadas. Especificamente no mundo ocidental, delineou-se um panorama de ecletismo, instabilidade e fluidez, que, se não chegou a produzir ruptura, também não constitui continuidade, seja no âmbito

socioeconômico ou no terreno artístico. Assim sendo, parece produtivo para este trabalho inscrever-se numa perspectiva de abordagem do pós-moderno (seja o pós-modernismo, enquanto movimento estético, ou a pós-modernidade, derivada das transformações socioeconômicas) que prestigie a natureza conflituosa dessas formatações artísticas e sociais.

Na contramão das narrativas mestras, incluindo-se, segundo Hutcheon (1991), as do marxismo e as do liberalismo, irrompe, em meados do século XX, um arranjo teórico e prático devotado à interrogação dos sistemas totalizantes. Profundamente afetada pelo descentramento da subjetividade e pela desestabilização de conceitos tributários da noção humanista de sujeito, essa formatação social se vê às voltas com uma diversidade de “ideologias de rupturas”. Concretizadas no fluxo de identidades que se contextualizam nas diferentes esferas – de gênero, classe, sexo, etnia, entre outras, essas regionalizações do “ex-cêntrico” vão se arregimentando, paradoxalmente, como contraparte da busca totalitária pelo centro (HUTCHEON, 1991). Ou seja: à medida que as diferentes sociedades e culturas ocidentais perseguem a totalização, traduzida pela hegemonia do *homem branco jovem heterossexual de classe média*, elas acabam por dar lugar a exclusões, que, todavia, não são homogêneas nem estáveis.

Nesse movimento, em que o desejo de unidade engendra as diferenças (de gênero, raça, classe, idade, opção sexual...), desenha-se um mosaico, cujas peças não são idênticas (nem mesmo a si mesmas). No plano sócio-histórico, instala-se o descontínuo, em que a premissa dialética de dissolução do conflito se vê sobrepujada pela articulação do impulso homogeneizante com a descentralização da cultura. Enquanto isso, no campo das artes, ganha força o pluralismo, reconhecido por Eduardo Coutinho (2008) no esmaecimento das fronteiras entre o erudito e o popular, entre a cultura de minoria e a cultura de massas. Essas, entretanto, são apenas algumas das modalidades de manifestação do pós-moderno, marcado pela simultaneidade paradoxal entre desestabilizações e reiterações de premissas no interior das quais ele emerge. Daí a importância dos pressupostos pós-modernos para a pesquisa que ora se apresenta. Haja vista a tensão entre literatura e história, entre o local e o universal, entre o erudito e o popular, entre a história do passado e a cultura do presente (que se manifesta nos diferentes domínios de luta social), torna-se imprescindível considerar a tônica pós-moderna, independente do propósito de se endossar ou recusar a autenticidade do “pós-modernismo” enquanto “novo estilo artístico” (COUTINHO, 2008, p. 162).

Acreditando na possibilidade de desconstrução arqueológica de uma ética pós-moderna (tal como o preconizado por Foucault no diálogo com uma *filosofia da diferença*), este trabalho se volta para as reflexões sobre a pós-modernidade, considerando, sobretudo, o caráter paradoxal que particulariza esta ética. Com efeito, parte-se do princípio de que compreender as lutas travadas em prol da constituição dos indivíduos como sujeitos éticos passa, inevitavelmente, pela atenção ao ecletismo e à heterogeneidade, característicos desta paisagem artística e histórico-ideológica. Nesse sentido, importa, por exemplo, considerar a instabilidade estilística, que se manifesta nas produções literárias de Cora Coralina e Carolina de Jesus sob a forma da coabitação do pós-moderno pela estética modernista. Do mesmo modo, interessa não desprezar, entre outras questões, o fato de que as escritas destas duas autoras abrigam, enquanto escritas de teor memorialístico, a tensão entre o “realismo” histórico e a autonomia estética, estandardizada pelo Modernismo. Sobretudo porque é justamente no período arrolado como “pós-modernidade” que se processa a recusa à separação entre a arte e o mundo. Uma recusa que (sem significar a convalidação do realismo ingênuo, tomado à distância do caráter inevitavelmente ficcional da literatura e também da história) permite a instauração de um entremeio (do estético com o ordinário), onde se dá a edificação discursiva de efeitos de subjetividade. Em suma, é a partir do viés pós-moderno que este trabalho seguirá em busca de não mais do que efeitos-sujeito, prestigiados, aqui, como “forasteiros de dentro” (cf. HUTCHEON, 1991). Afinal, a margem, assim como o centro, assume ares de mito, uma vez que o jogo entre a unidade e a diferenciação é mediado pelo campo de forças sociais em que, segundo Foucault, adotamos posições diversas e mutáveis, de poder e resistência.

No âmbito desta multiplicidade e divisão dos posicionamentos histórico-ideológicos, o presente estudo se apresenta para compreender a articulação entre processos identitários e movimentos identificatórios, capazes de engendrar efeitos-sujeito processados entre repetição e diferença. Todavia e haja vista a exterioridade da noção de *diferença* (tal como ela é entendida por Deleuze e mobilizada neste trabalho) em relação à *episteme* da semelhança (pois a diferença é *um duplo sem semelhante*), é preciso fugir do risco previsto por Rolnik (1995, p. 7), a saber: o de entender a diferença “no sentido identitário, como representação das particularidades de cada indivíduo ou grupo”. Na mesma proporção, este estudo se acautela, já neste momento introdutório, quanto a um outro perigo, entrelaçado ao precedente. De início, antes mesmo de (no capítulo primeiro) se passar a uma explicitação do pensamento diferencial, que se

oferece a uma interface com a AD para possibilitar a análise da produção discursiva do sujeito, é preciso escapar de uma tentação, desta vez dialética: a de reconduzir as excentricidades (diferenças nascidas nas exclusões sócio-culturais) ao centro totalizador, que, aliás, também não passa de invenção.

A partir do diálogo frutífero entre a Análise do Discurso, desenvolvida sob a égide de Michel Pêcheux, e as teorias da diferença, que perpassam inúmeros domínios disciplinares e projetos intelectuais, desenrola-se, nos capítulos seguintes, o relato de um trabalho voltado para a compreensão do discurso como forma de subjetivação (nos termos de Foucault). Tem-se em mira o caráter “inventivo” dos objetos, relacionado por de Certeau, Hobsbawm, entre outros teóricos, à cristalização da vida social num discurso, mediante razões específicas. Em síntese, apresenta-se, ao longo dos capítulos desta tese, uma rede de elementos teóricos e de exercícios analíticos sustentados na crença de que:

objetos e sujeitos se desnaturalizam, deixam de ser metafísicos e passam, pois, a ser pensados como fabricação histórica, como fruto de práticas discursivas ou não, que os instituem, recortam-nos, nomeiam-nos, classificam-nos, dão-nos a ver e a dizer. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 21)

Por acreditar, com Deleuze, que *o grau máximo da diferença é o que existe na repetição de algo idêntico* (cf. MACHADO, 2009), o empreendimento analítico que se segue lança mão da teorização de Pêcheux sobre os modos de relação do sujeito com uma regularidade (traduzida na formação discursiva). Especialmente nos capítulos 2 e 3, a análise da construção de efeitos de sujeito remonta ao jogo entre a *positividade* de um *saber* (FOUCAULT, 2005) e a irrupção da singularidade, derivada do *trabalho sobre si* (FOUCAULT, 2006a, 2005c), traduzido nas modalidades de identificação (PÊCHEUX, 1995) dos sujeitos com esse saber. Isso significa que, ao analisar a construção de um efeito identitário em escritas de teor memorialístico, esta pesquisa não prescinde do *regime discursivo ao qual pertencem as condições de existência da função enunciativa* (a positividade, conforme Foucault), mas considera, tal como postulado por Pêcheux, a abertura para a alteridade, marcada, linguisticamente, no fio enunciativo (no intradiscurso). Em síntese, a investigação relatada nos capítulos seguintes não toma a categoria de *formação discursiva* com o objetivo, denunciado por Guilhaumou, de isolar “elementos simples” (no caso deste trabalho, o discurso da história tradicional / o discurso de convalidação das “vidas ordinárias”) no corpo complexo dos discursos. Tal

escolha metodológica se articula ao objetivo de pensar o sujeito como construto operado “a partir do intrincamento de estratégias discursivas, de afrontamentos e de alianças languageiras, no jogo do intradiscurso com o interdiscurso” (GUILHAUMOU, 2009, p. 24).

No escopo da integração entre dados de língua e dados de história (MAZIÈRE, 2007, p. 9), que, neste trabalho, permeia a construção metodológica de sequências discursivas arregimentadas por uma rede de memória, inclui-se a consideração de três categorias lingüísticas, a saber: os índices de *modalidade*; as marcas de *deslocamento sintático* (tais como clivagem, topicalização e deslocamento à esquerda) e as formas de *junção conectiva*. Situadas mediante o propósito de se compreender a dinâmica entre repetição e ruptura que produz efeitos de sujeito, estas ocorrências lingüísticas são reconduzidas, nesta pesquisa, ao âmbito do funcionamento discursivo, de modo a propiciar uma relação da língua com o interdiscurso e com as regras de formação da discursividade considerada. À semelhança dos procedimentos languageiros focalizados no espaço que foi reivindicado por pesquisadores do *discurso do lado da história*, tais como Robin e Guilhaumou, os índices sintáticos delimitados colocam-se sob a égide de uma análise do discurso que prestigia os efeitos de sentido “da materialidade da língua na discursividade de arquivo” (GUILHAUMOU, 2009, p. 7). Dito de outro modo, esses recursos lingüísticos se estabelecem na interface com “a lei do que pode e deve ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2005, p. 147).

Nessa teia de explicitações teórico-metodológicas, releva, ainda, precisar as peculiaridades da noção de *memória* com que se opera na descrição/interpretação das formulações enunciativas. Trata-se de uma *memória discursiva*, definida como:

um conjunto de traços lisíveis, que constitui um corpo sócio-histórico de traços. (...) seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Mais precisamente, ao longo do processo de análise, concretizado no capítulo 3, emerge uma concepção de *memória discursiva* cuja configuração remonta à teorização de Foucault sobre a *função enunciativa*.

Para se visualizar a constituição metodológica desta pesquisa, é preciso, de fato, remontar às elaborações teórico-metodológicas de *A Arqueologia do Saber*, em que Foucault demarca diferenças do *enunciado* em relação às instâncias da frase e da proposição, descrevendo algumas peculiaridades capazes de traduzir a natureza intrinsecamente histórica da dinâmica enunciativa. A partir desse movimento teórico que assinalou a tríade de dimensões em que se estabelecem as relações enunciativas (*domínio de atualidade, domínio de memória, domínio de antecipação*), Foucault forneceu elementos para a resignificação da noção de *memória discursiva*, situada frente a um *efeito de memória*:

Os objetos que chamamos “enunciados”, em cuja formação constitui o saber próprio de uma FD, existem no *tempo longo de uma memória*; enquanto que as formulações são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*. É, pois, exatamente a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se dá nesse efeito discursivo particular por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma “conjuntura discursiva”, e que designamos como efeito de memória. (COURTINE, 1981)

Essa reconfiguração da noção de memória, que, por sinal, se inicia, em Courtine, pela explicitação do *que ela não é*, aparta-se de “qualquer memorização psicológica do tipo daquela que os psicolingüistas consideram para produzir a medida cronométrica sobre os processos cognitivos implicados na memória dos textos” (COURTINE, 1981). Na mesma proporção, o conceito operatório de memória de que este estudo se apropria no movimento analítico também se separa das acepções de memorialismo – ainda que este seja um importante aspecto das obras que abrigam as sequências discursivas de referência. Daí a razão de, neste trabalho, alguns clássicos estudos sobre a memória (como os de Halbwachs e Bergson) serem mobilizados já no capítulo 1, destituído de um veio propriamente analítico. Enfim, pode-se sintetizar a esse respeito que a concepção de *memória discursiva* que preside os gestos metodológicos deste estudo localiza-se na articulação dos dois níveis da descrição discursivo-enunciativa, desenvolvidos por Courtine a partir das formulações de Foucault, que são: o nível do *enunciado* (em que se forma o “esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações”), prestigiado mais detidamente no capítulo 2, e o nível da *formulação* (onde se dá a “reformulação do enunciado no seio de uma rede de formulações”), como se depreende mais claramente do capítulo 3.

O movimento de repartição da memória nessas duas ordens distintas, mas articuladas, permite a este trabalho prevenir-se contra a desconfiança de que o fundamento da *anterioridade*, subjacente às noções de memória discursiva e interdiscurso, incompatibiliza-se com a postulação de uma ordem de *diferença*, exterior ao paradigma da representação. Visto que estas noções (de memória discursiva e interdiscurso) não pressupõem o reconhecimento de conceitos – a *reconhecimento*, condenada por Deleuze –, este trabalho acredita que elas não comprometem a propriedade da interface da AD com as teorias da diferença. Afinal, a abordagem da inscrição do interdiscurso no fio discursivo “desvela” jamais o retorno do mesmo (como se prevê na *representação*), mas sim a reaparição de algo que volta sempre diferente.

Entremeada à concepção de memória que advém das elaborações sobre a função enunciativa, instala-se, neste trabalho, como necessidade metodológica ditada pela natureza da problemática e da materialidade analisada, o movimento simultâneo de inserção e alargamento da categoria (metodológica) de *formação discursiva*. Seguindo a tônica pós-moderna de retomada e subversão, a configuração analítica que se constitui ao longo dos capítulos 2 e 3 propicia um “afetamento” da Análise do Discurso por outras teorizações tributárias da *diferença*. Diante da pululação de lutas minoritárias, instituídas para além do sistema totalizante que centraliza a classe em detrimento das outras esferas de ressentimento coletivo, será proposto, ao longo do trabalho, um alargamento da noção de FD. Como se poderá depreender do jogo descritivo/interpretativo, que se estabelece na investida sobre as *formas de corpus* (COURTINE, 1981), parece inevitável um “abalo” da Análise do Discurso por outras interrogações acerca dos sistemas integradores. Eis um deslocamento que, entrelaçado à superação de uma noção de sujeito veiculada pela narrativa mestra do marxismo, é saudavelmente demandado pelas produções culturais analisadas. Com efeito, e como se verá a seguir, elas colocam o campo teórico da AD em relação de diálogo com algumas importantes interrogações (como as de Deleuze, de Certeau, Perrot, entre outros), que, embora inseridas em projetos distintos, são incapazes de ignorar a exclusão histórica das diferentes formas de luta.

Na trama de explicitações que dizem respeito à contextualização da pesquisa, aos objetivos estabelecidos e às escolhas metodológicas, é preciso tecer alguns fios capazes de justificar o estabelecimento das escritas de Cora Coralina e Carolina de Jesus como materialidade de análise. Na mesma direção, cabe elucidar que as *formas de*

corpus constituídas para esta investigação provêm da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), escrita por Carolina Maria de Jesus, e da trilogia lírica de teor autobiográfico composta por: a) *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (1965); b) *Meu livro de cordel* (1976) e c) *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha* (1983), de Cora Coralina. Para além do biografismo ou da reduplicação de olhares outros que se tem lançado sobre essas produções a partir de domínios teóricos diversos (não menos relevantes que a AD), é fundamental o resgate de elementos atinentes à produção e à recepção da obra dessas escritoras, os quais cumprem um duplo papel neste momento introdutório do trabalho: dar a conhecer as autoras e situá-las no contexto pós-moderno de constante afirmação da identidade por meio da diferença. A par de tal explicação, cumpre assinalar que o trabalho *com* tais obras não significa o estabelecimento de um *corpus*, de limites precisos, definido previamente à análise: a perspectiva de *forma de corpus* que se assume nesta pesquisa implica “fazer aparecer o arquivo no momento mesmo de sua formação”, como postula Guilhaumou (2009, p. 27).

Para se compreender o fazer literário de Cora Coralina e o de Carolina de Jesus como espaços privilegiados das micro-lutas identitárias demarcadas pela diferença, impõe que se considerem alguns aspectos da trajetória dessas duas porta-vozes dos esquecidos, que por vezes as aproximam e por outras as distanciam. Sobretudo, os que concernem à posição de marginalidade dessas autoras em relação ao cânone literário e os que derivam da sua condição de mulheres do povo, identificadas com as minorias e resistentes a determinados valores socialmente estabelecidos:

Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.

(Carolina de Jesus. *Quarto de despejo*, p. 35)

... que mãos operárias repassem estas páginas e sintam-se presentes, junto à mulher operária que as elaborou.

(Cora Coralina. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*.p. 23)

Consciente das coincidências, mas também das diferenças mantidas entre as duas autoras no que toca aos aspectos acima referidos, este trabalho assinala outra ordem de questões que – desta vez, não “biográficas” – também acolhem o jogo de aproximação e distanciamento das suas escritas. Destaca as particularidades impostas por cada uma das modalidades do trabalho memorialístico de *invenção do eu*, concretizadas, respectivamente, em Cora e Carolina, por meio da *poesia lírica* e do

diário íntimo. Enquanto a lírica coralínea se abriga sob o manto ficcional e configura o *espaço autobiográfico* (ROCHA, 1977) como lugar em que o sujeito ao mesmo tempo se mostra e se disfarça, a diarística de Carolina de Jesus surge desembaraçada das máscaras poéticas, pressupostas no contrato de leitura do literário. Mesmo sem escapar do imaginário que lhe perpassa e que mergulha o escritor na irrealidade da ficção, o diário de Carolina se desenvolve mediado pela lei de:

escrever cada dia, sob a garantia desse dia e para lembrá-lo a si mesmo, é uma maneira cômoda de escapar ao silêncio, como ao que há de extremo na fala. Cada dia nos diz alguma coisa. Cada dia anotado é um dia preservado. Dupla e vantajosa operação. Assim, vivemos duas vezes. Assim, protegemo-nos do esquecimento e do desespero de não ter nada a dizer. (BLANCHOT, 2005, p. 273)

Não obstante o perigo de se arrefecer o espaço intervalar (entre o fazer estético e a palavra comum) de que provêm as sequências consideradas, pode-se arriscar uma diferenciação entre as produções de Cora Coralina e Carolina de Jesus, de modo a identificar, na primeira, a presença declarada e predominante da instituição literária. Constituída no “lugar do imprevisto”, fadado à gestação de “outros mundos e outras vidas” (TODOROV, 2009), esta porção literária da escrita coralínea se mostra em sintonia com a postulação de que: “mais densa e mais eloqüente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo” (TODOROV, 2009, p. 23). Isso, mesmo quando, inclinando-se sobre si mesma, esta palavra de poesia se desdobra na relação com o mundano e renasce transfigurada como a lírica *dos becos*:

Atenção, muita atenção!
Sem ser chamada – a palavra vulgar,
esmolambada, sabereta
vem, e vem para ficar.
a palavra pobre...
(Coitadinha da palavra pobre!)
Também tem o seu direito
de figurar no verso.
(Cora Coralina. *Meu livro de cordel*, p. 110)

Quanto à escrita de Carolina de Jesus, parece possível interpretar que – pendida para o segundo termo (o da *palavra comum*), cujos limites¹ se extenuam na intercessão do estético com o ordinário – ela se inscreve no plano dos “discursos vivos”, legitimados por Todorov como potências criadoras de vida. Identificado com os textos que não partilham com as obras literárias o *status* de ficção (tais como os relatos, as memórias, os testemunhos, entre outros arrolados pelo autor de *A literatura em perigo*), o diário da moradora da favela do Canindé possibilita a paráfrase a Todorov (2009, p. 23), visto que faz “descobrir dimensões incógnitas do mundo”, sensibilizando e incitando a pensar.

Feitas estas primeiras considerações, que serão recuperadas no decorrer das análises, este estudo investe na apresentação das duas escritoras. Nesse sentido, começa por Cora Coralina, cujo legado durante muito tempo foi “avaliado com condescendência ou até mesmo depreciação por alguns leitores e por uma facção da crítica especializada que, quando não o desmerecia, o tratava com indiferença” (BRITTO, CURADO e VELLASCO, 2009, p. 10).

Sob o intrigante pseudônimo, cujas motivações têm suscitado curiosidade e as mais criativas soluções, Ana Lins dos Guimaraens Peixoto Bretas, goiana de Vila Boa (antiga capital do estado de Goiás, hoje cidade histórica tombada como Patrimônio da Humanidade), filha de um desembargador de origem nordestina (dado possivelmente determinante para a adesão da sua lírica às causas subalternas) perpassou praticamente dois séculos. Nascida em 1889 e falecida em 1985, a poeta, que se proclamava mais doceira que escritora, comunga com Carolina de Jesus, entre tantas semelhanças, a falta de acesso à instrução oficial. Tendo cursado apenas a segunda série primária, extraiu de intensa vivência na velha cidade de Goiás, e em outras terras por onde passou (além de Goiânia: Andradina, Jaboticabal, Penápolis e São Paulo), matéria para uma produção estética que extrapola os limites institucionalizados do valor literário. Seguindo à margem da academia e, segundo suas próprias palavras, em meio a “pedras e flores”, a “menina feia da ponte da Lapa” acabou por desfrutar, ainda que tardiamente, o que chamou de a sua “glória literária”. Após os 76 anos de idade, quando teve publicado seu

¹ A este respeito, cumpre citar Todorov (2009, p. p. 22-23), não obstante a pecha de estruturalista que o persegue no domínio acadêmico: “A literatura não nasce no vazio, mas no centro de um conjunto de discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características; não é por acaso que, ao longo da história, suas fronteiras foram inconstantes. Senti-me atraído por essas diversas formas de expressão, não em detrimento da literatura, mas ao lado dela. (...) Em outras palavras, o campo da literatura se expandiu para mim, porque passou a incluir, ao lado de poemas, romances, novelas e obras dramáticas, o vasto domínio da escrita narrativa destinada ao uso público ou pessoal, além do ensaio e da reflexão”.

primeiro livro, mas, sobretudo a partir do início dos anos 1980, depois de ter sido “descoberta” por Drummond, Cora Coralina recebeu inúmeras honrarias, entre as quais o título de *Doutor Honoris Causa*, concedido pela Universidade Federal de Goiás. Mérito justamente reconhecido, segundo a crítica, visto que a par de um *rearranjo da memória oficial*, assinalado por Yokosawa (2005, p. 52), sua lavra estética de louvor ao cotidiano participa da monumentalização da antiga Vila Boa como Patrimônio Histórico da Humanidade, parecendo antecipar o “reconhecimento do significado humano-universal da gesta existencial-bandeirante do povo dos gerais de Goiás” (RAMÓN, 2003, p. 69). Com efeito, e tendo publicado em vida quatro obras, lançadas entre os anos de 1965 e 1985, Cora Coralina assumiu estatuto de mito ao colocar no mapa da poesia a Velha Casa da Ponte e os becos “discriminados e humildes” da terra onde nasceu:

Amo e canto com ternura
todo o errado da minha terra.
Becos da minha terra,
discriminados e humildes,
lembrando passadas eras
Conto a estória dos becos,
dos becos da minha terra,
suspeitos, mal afamados...
(*Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. p. 93-94)

O primeiro registro da saga da escritora data de 1910. Na seção literária do *Anuário Histórico, Geográfico e Descritivo do Estado de Goiás*, publicado naquele ano, consta a apreciação entusiasmada e profética do parecerista do conto *Tragédia na roça*, que sentenciou: “Cora Coralina é um dos maiores talentos que possui Goiás; (...) conta na prosa animada tudo que o mundo tem de bom, numa linguagem fácil, harmoniosa, ao mesmo tempo elegante”. Não obstante as distâncias de mentalidade e ideologia existentes entre o período de realização desta crítica e a segunda metade do século XX (contexto em que surgiram os textos publicados de Cora), registram-se, já no início do século (antes mesmo de 1922!), indícios de um fazer artístico voltado para o cotidiano e simultaneamente capaz de entender as vidas obscuras e de ser entendido por elas.

Desde esta importante apreciação publicada no *Anuário* até os dias atuais, a fortuna crítica da obra coralineana tem se expandido progressivamente. Determinados por objetivos diversos, estudiosos dos diferentes territórios teóricos têm se interessado pelo legado poético da velha doceira goiana que, embora herdeira da aristocracia rural

(decadente) de Goiás, cantou com propriedade e encanto as vidas nômades e marginais. Remontando à porção de “natureza”, referida no início desta introdução como a parte de empirismo que, sem poder ser tratado como a verdade (pois o real é sempre ficção) afeta o que é da ordem da cultura, destacam-se, aqui, outros aspectos biográficos de Ana Lins Peixoto Bretas, pelos quais certamente a poesia de Cora não passou imune. Nascida no final de um século marcado pelo declínio do ciclo do ouro em Goiás, Ana Lins (ou *Aninha*, personagem reiterado nos textos da autora) se viu às voltas com toda sorte de decadência e limitação. Desde as privações materiais, vivenciadas no seio familiar e advindas do enfraquecimento da principal atividade econômica da região (e também da abolição dos escravos), até as circunscrições sociais, captadas por Ramón (2003, p. 57) como:

a consciência da condição de sua gente, em sua mais íntima auto-apreciação, com o estilo da negação cabocla (...) Ela se manifesta como sentimento de modéstia, que reconhece a superioridade do outro, nega sua igualdade, mas, ao mesmo tempo, afirma sua inteireza, ao saber-se “tão necessário” quanto ‘humilde’, fiel ao destino do Criador que faz a todos e diferentes. Reflete essa negação a sabedoria popular de “saber seu lugar” (..) No entanto, em Cora esse modo de ser caboclo, herdado de sua gente, está potencializado por sua radical desambição humana, definida como uma mistura de complexo de inferioridade, pelo seu histórico familiar, e de uma modéstia bíblica.

Mas se engana o leitor desavisado que confunde esse modo de ser caboclo com o silenciamento e a submissão. Em meio à dinâmica discursiva, que se deixa perscrutar nos capítulos desta tese, desenvolvem-se sentidos de transgressão e resistência, situados, contudo, no intervalo de tantos outros (nem sempre tão libertários...), dado o caráter de dispersão do sujeito e a heterogeneidade dos discursos. Daí, a coexistência de versos ideologicamente distanciados, nos quais, seguindo Foucault (2004, 384-386), se reconhece, mais adiante, a *relação plena consigo* (uma estética da existência, assemelhada ao *fazer da própria vida uma obra de arte* e descompromissada com a obediência do sujeito à lei) sendo permanentemente freqüentada pela *renúncia de si*, tributária do pensamento cristão:

Sobrevivi, me recompondo aos
bocados, à dura compreensão dos
rígidos preconceitos do passado.
Preconceitos de classe.
Preconceitos de cor e de família.
Preconceitos econômicos.

Férreos preconceitos sociais.
(*Meu livro de Cordel*, p. 84)

Que pretendes, mulher?
Independência, igualdade de condições...
Empregos fora do lar?
És superior àqueles
que procuras imitar
Tens o dom divino
de ser mãe.
(*Vintém de Cobre*, p. 190)

Apesar da complexidade do efeito-sujeito que se vai depreender da análise discursiva dos textos de Cora, são inúmeras as constatações já realizadas acerca da postura crítica assumida na sua obra. Seja por meio da sensibilidade ao drama feminino da exclusão ou por meio da “denúncia contra uma igreja ‘alheada’, absorta no ‘além’ e esquecida das necessidades do ‘aqui e agora’” (RAMÓN, 2003, p. 141). Nesse sentido, não são raras as leituras que têm assinalado as diversas identificações da poeta com a gente da sua terra – traduzida nos humildes, no presidiário, no menor abandonado, na mulher da vida, na lavadeira do Rio Vermelho, em *Maria grampinho*:

Maria, das muitas que rolam pelo mundo.
Maria pobre. Não tem casa nem morada.
Vive como quer.
Tem seu mundo e suas vaidades. Suas trouxas e seus botões.
(...)
Maria grampinho, diz a gente da cidade.
Maria sete saias, diz a gente impiedosa da cidade.
Maria. Companheira certa e compulsada.
Inquilina da Casa Velha da Ponte.
(...)
Cabem todas as Marias desvalidas do mundo e da minha cidade.
(*Vintém de Cobre*, p.p. 39-40)

Entre essas leituras, pode-se assinalar a asseveração de Lima (2004, p. 14) de que:

Cora constitui-se mestra na captação do simples, ao poetizar fatos corriqueiros sem cair no lugar-comum, mas, ao mesmo tempo, causadora de inquietações nos leitores por ter sido uma mulher sem meias-verdades, ou seja, assumia seus atos, apesar de ter vivido numa sociedade que impunha à mulher que camuflasse a verdade, mantendo-a silenciosa, conseqüentemente, submissa. Por isso, sua poesia cria tensões, principalmente por dar voz, também, aos excluídos e marginalizados na sociedade retratada por ela.

Ou, ainda, o reconhecimento do:

comprometimento de Cora Coralina ao levar para a sua poética todas as mazelas do mundo, registrando a vida degradada das personagens que povoaram sua vida, tanto na terra natal, como em outras paragens, assumindo e denunciando de forma crítica os preconceitos e hierarquias de sua sociedade. Cora traz para o texto todos os tipos considerados inúteis, colocando-se no mesmo nível deles. Ela é o próprio sujeito, é a identificação do sujeito-poeta com esse povo que anda pelo residual da vida. (...) A poetisa, com todo o vigor, renasce à medida que participa da miséria do outro aliando a condição existencial à social. (VELLASCO, 2009, 123)

Em meio à rede dos dizeres (re)ativados na obra de Cora, mas também dos que são provocados por ela, este estudo agencia uma interface da Análise do Discurso com outras teorias de base construtivista e diferencial, para explorar esta prática discursiva enquanto construto histórica e ideologicamente determinado. Assim sendo, lança mão dos fundamentos da AD, implicados na memória e na formação discursivas, mas também mobiliza teorizações capazes de propiciar a abordagem paradoxal dos efeitos-sujeito entrelaçados à não menos contraditória pós-modernidade. Mediante a multiplicidade e hibridez características do contexto de produção e recepção dos textos coralineanos, justifica-se a recorrência a elaborações teóricas fecundas para a explicitação dos termos antagônicos que perpassam o pós-moderno e a “sua” ética – referida por Bauman (1997) como *modernidade sem ilusões*. De um lado, recorre-se a trabalhos como os de Maurice Blanchot e as primeiras reflexões foucaultianas sobre o *ser da linguagem*, capazes de mergulhar em um tipo de subversão (moderna) da arte pela arte, que, para além do realismo ingênuo, instaura a diferença. Por outro, remonta-se a projetos, como os de de Certeau, Perrot, Deleuze e os de um último Foucault (desta vez, não tão afeito à literatura, quanto aos dispositivos de *poder* e à *subjetivação*), para se pensar a porção do “real” histórico e ideológico (a propósito, não menos ficcional...) que determina a construção discursiva do sujeito. Conforme se fará ver nos capítulos desta tese – que estão distribuídos em uma *Primeira parte*, voltada à demarcação dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa, e em um segundo momento (*Parte II*) predominantemente analítico –, esta investigação prestigia o entremeio dos vieses realista e modernista, que ressurgem transfigurados e intrincados na pós-modernidade. No caso das sequências extraídas da obra de Cora, este caráter de entremeio é decisivo, visto que a reflexão é atravessada por instabilidades entre a ficção e o relato, entre o

estético (marcado nos lances de lirismo que reiteram a intransitividade da arte) e o ordinário (“recuperação histórica” das vidas proscritas), entre o universal e o local. É o que se verá também, ainda que em proporções e modalidades distintas, na escrita diarística de Carolina de Jesus, que se passa a apresentar.

No período compreendido entre meados de 1955 e o início de 1960, Carolina Maria de Jesus, mineira de Sacramento e então moradora da favela paulistana do Canindé, registra o seu cotidiano em trinta e cinco cadernos de páginas encardidas, que viriam a ser descobertas pelo jornalista Audálio Dantas e publicadas cinco anos mais tarde sob o título *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Escrito em um registro peculiar de linguagem, que oscila entre o erudito e o popular, o texto da catadora de papel semi-alfabetizada mescla o tom coloquial – marcado por infrações à gramática – com uma fixação por termos da norma “cultura” e pelo exercício sintático mais elaborado. Apesar do aspecto de descontinuidade, imposto pela necessidade de cortes e ajustes no amplo material, a estrutura narrativa do livro não se vê comprometida, consoante Vogt (1983, p. 207), uma vez que:

os dias vazios de anotações são preenchidos pela extensão metonímica dos dias plenos, através de um recurso de estilo bastante simples, mas eficiente: o da repetição. Os dias se repetem iguais na monotonia implacável de um dia de todos os dias: levantar cedo, ir buscar água na única torneira que serve a mais de cento e cinquenta barracos iguais ao de Carolina, atender aos filhos, sair para a cidade em busca de papel, de lata, de ferro, sobrecarregar-se com o peso de seu transporte, vender a sucata recolhida nas ruas, comprar os alimentos que serão consumidos no mesmo dia e na proporção exata do pouco dinheiro obtido no trabalho de todo o dia.

Sem abrir mão da conformidade com o gênero *diário íntimo*, caracterizado pela prisão ao calendário e pela fidelidade à realidade do dia-a-dia (VIANA, 1995, p. 52), o livro (que acabou sendo traduzido para 13 idiomas) faz, à época, bastante sucesso, pois traz à tona os dramas de indivíduos subjugados por uma ordem sócio-econômica cruel e sectária. Uma vez que “o extraordinário também faz parte do ordinário” (BLANCHOT, 2005, p. 271), juntamente com o desabafo da mulher, negra, favelada, semi-analfabeta, mãe solteira de três filhos e contando já com mais de 40 anos de idade, vem a público uma escrituração de si, que, entretanto, extrapola o domínio do pessoal e alcança o âmbito do protesto coletivo. Alça, pois, à condição de prática discursiva, em que se agregam os diferentes domínios de ressentimento pós-modernos, tais como os que se relacionam à classe social, ao gênero e à raça:

Pensei: porque é que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro, compra e põe nos armazéns. Fica brincando com o povo igual gato com rato. (*Quarto de despejo*. p. 130)

O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.
(*Quarto de despejo*. p. 71)

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil (...) só lia os nomes masculinos como defensor da pátria.
(*Quarto de despejo*. p. 48)

À diferença de Cora Coralina, que, entre outras particularidades biográficas, pertenceu à elite social (mas não necessariamente econômica) que intensamente criticou, Carolina de Jesus surge e segue como o proscrito social que canta a sina que é mesmo a sua. Enquanto a poeta goiana exalta as lavadeiras do Rio Vermelho, tradução maior das “vidas de baixo”, a condição da autora de *Quarto de despejo* como a própria filha de lavadeira leva às últimas conseqüências a situação em que o ficcionista se vê substituído pelo “autor como personagem da experiência existencial e social vivida” e o personagem ressurge “como autor da mesma experiência, agora relatada” (VOGT, 1983, p. 211). Como justificção para essa tentativa de simbiose plena da vida com a arte – e na contramão da suspeita de Blanchot de que “o diário é a âncora que raspa o fundo do cotidiano e se agarra às asperezas da vaidade” (2005, p. 273) –, Carolina de Jesus afirma, asceticamente:

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário. (2006, p. 170)

Esse depoimento, revelador da postura estóica do *sujeito que se diz*, compõe a entrevista concedida pela autora pouco antes de morrer, aos 62 anos, novamente esquecida, depois do lampejo de sucesso trazido pela publicação do seu diário 17 anos atrás. Um sucesso que foi traduzido na proliferação de objetos culturais inspirados em *Quarto de despejo*, tais como um documentário produzido na Alemanha, uma adaptação para a televisão brasileira e um filme, intitulado *Carolina*. Some-se a esses objetos a gama de trabalhos acadêmicos e críticos instigados por uma escrita intrigante, definida por Audálio Dantas, no prefácio da 8ª edição do livro, como “tosca, acabrunhante e até

lírica narrativa do sofrimento do homem relegado à condição mais desesperada e humilhante da vida”.

Da penúria vivida pela autora e compartilhada com as “vidas miseráveis da favela”, advém o título do livro (que foi seguido por mais outros quatro, dos quais três foram publicados em vida). Questionada sobre a origem da denominação, ela assevera: “A favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos”. Daí, a frequente oposição do tropo *quarto de despejo* – tomado no decorrer do capítulo 3 desta tese como concretização de um enunciado, que se constitui no exercício da *função* enunciativa – ao seu correlato inevitável: *sala de visita*. Corroborando a tese de que as diferenças emergem sempre como consequência da busca pela totalização, lêem-se no diário as seguintes sequências (cuja grafia, por vezes contrária à gramática, se reinterpreta aqui tal como se encontra na obra):

4 de julho Ainda não li que São Paulo tem predio tão elevado assim. Depois pensei: eu não saio do quarto de despejo, o que se posso saber o que se passa na sala de visita?
(*Quarto de despejo*. p. 71)

20 de maio As vezes mudam algumas famílias para a favela, com criança. No início são iducadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo.
(*Quarto de despejo*. p. 34)

Novamente aqui desponta a necessidade de se precaver contra as leituras simplificadoras do processo de produção dos sentidos, visto que eles não são previsíveis e tampouco transparentes. Apesar da porção de empirismo (referida anteriormente como o lastro de “natureza” e realismo que permeia a construção dos objetos), as experiências concretas da autora de *Quarto de despejo* não asseguram a sua identificação plena com os proscritos e esquecidos. Em direção de certo modo análoga a esta constatação, o já mencionado estudo de Vogt (1983), constituído em um espaço exterior aos propósitos da AD, assinala que:

o documento que nos oferece sobre a pobreza da favela tem um expediente intrínseco de distanciamento que produz no livro uma espécie de duplo complementar e antagônico da realidade que ele retrata. De um lado, a autora pertence ao mundo que narra e cujo conteúdo de fome e privação compartilha com o meio social em que

vive. Do outro, ao transformar a experiência real da miséria na experiência lingüística do diário, acaba por se distinguir de si mesma e por apresentar a escritura como uma forma de experimentação social nova; capaz de acenar-lhe com a esperança de romper o cerco da economia de sobrevivência que tranca a sua vida ao dia-a-dia do dinheiro-coisa. (p. 210)

Esta talvez seja a principal inquietação que moveu este trabalho de pesquisa. Diante do movimento permanente da enunciação que, marcado nas formas lingüísticas de *modalidade*, *junção* e *deslocamento sintático*, se alterna entre posicionamentos de denúncia da desigualdade e de condenação das almas da favela, tornou-se necessário recorrer a teorias que recobrissem o funcionamento discursivo e a sua participação na construção de um efeito-sujeito singular, mas não coincidente consigo mesmo. Sobretudo quando se chega a deparar com sequências demarcadoras de um hibridismo ideológico tão acentuado, como as que compõem os blocos seguintes e que serão retomadas nos capítulos subseqüentes, em contraposição às sequências constitutivas do sujeito em Cora Coralina:

A)

Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres. (*Quarto de despejo*. p. 49)

Sempre ouvi dizer que o rico não tem tranqüilidade de espirito. Mas o pobre também não tem, porque luta para arranjar dinheiro para comer. (*Quarto de despejo*. p. 142)

Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isso em prol dos outros. (*Quarto de despejo*. p. 32)

B)

Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo. E os pinguços que durante a noite aparecem para atentar (*Quarto de despejo*. p. 81)

Não sei porque é que os favelados são tão nocivos. Além deles não ter qualidades ainda surgem os maus elementos que mesclam-se com eles. (*Quarto de despejo*. p. 63-64)

Não gosto de estar entre as mulheres porque é na torneira que elas falam de tudo e de todos. (*Quarto de despejo*. p. 80)

Quem vive na favela deve procurar isolar-se, viver só. (QD, p. 43)

A partir do incômodo provocado pela sensação de movência entre a repetição e a transgressão do código moral, esta pesquisa se propõe “desmontar” algumas sequências depreendidas de *Quarto de despejo* e dos textos de Cora Coralina, com vistas a compreender a construção de um *discurso legitimador das memórias excluídas*, em cuja esteira se constituem (efeitos de) subjetividades singulares.

Mediada por categorias lingüísticas específicas, que passam a ser tomadas na relação do intradiscurso com a sua memória constitutiva, a investida sobre a materialidade depreende traços de convergência, mas também de afastamento entre os efeitos-sujeito configurados nas duas escritas selecionadas. Conforme se poderá acompanhar nas páginas seguintes, o batimento do eixo horizontal do discurso de referência, concretizado nos textos de Cora e Carolina, com a verticalidade interdiscursiva que o engendra, produz identidades relativamente transgressoras, visto que são distintas entre si e descontínuas em relação a si mesmas. Na relação de ruptura com a memória oficial, também delineada pelo discurso, emerge a dinâmica de repetição e diferença determinada por uma posição-sujeito de porta-voz dos desvalidos, que, nas duas *práticas de si*, se reparte, em maior ou menor grau, entre a comunhão e a disjunção com as minorias.

A par desta mediação pelo posicionamento subjetivo, este trabalho reafirma uma outra ordem de questões, determinantes para a aproximação e para o distanciamento dos efeitos identitários materializados nas escritas das duas autoras. São questões que concernem às já referidas diferenças entre os gêneros *diário íntimo* e *poema*, concretizados nas obras de Carolina de Jesus e Cora Coralina, respectivamente. Na perspectiva de intervalo entre os termos paradoxais do realismo e da autonomia estética – os quais particularizam o pós-moderno e a tônica dominante nos capítulos seguintes –, relevam os graus de adesão de cada uma das duas escritas, e dos efeitos de sujeito que elas realizam, às representações do estético e do ordinário. Todavia, ainda que o diário, eleito por Carolina de Jesus, possa parecer mais “confiável” para o testemunho fidedigno do “real”, é sempre bom lembrar a armadilha que ele impõe, dado que “escrevemos para salvar os dias, mas confiamos sua salvação à escrita, que altera o dia” (BLANCHOT, 2005, p. 275). Assim, cabe uma reserva quanto à exigência de sinceridade, implicada no contrato de leitura do diário e no pacto que ele assina com o calendário, “seu demônio, inspirador, provocador e vigilante”, conforme adverte mais uma vez Blanchot. Tal ressalva, entretanto, não apaga a singularidade deste gênero em

relação à “pura” arte (implicada na *poesia*), visto que, nas escritas diarísticas, como a que se desenvolve em *Quarto de despejo*:

escreve-se para salvar a escrita, para salvar sua vida pela escrita, para salvar seu pequeno eu (as desforras que se tiram contra os outros, as maldades que se destilam) ou para salvar seu grande eu, dando-lhe um pouco de ar, e então se escreve para não se perder na pobreza dos dias, ou (...) para não se perder naquela prova que é a arte, que é a exigência sem limite da arte. (*ibidem*, p. 274)

Não obstante os diferentes graus de intimidade de Cora Coralina e Carolina de Jesus com as “exigências sem limite da arte”, e para a surpresa dos que vivem aprisionados na lei dos binarismos, cuja última referência, segundo Derrida (2007), é a presença de um valor anterior à diferença: é nas “vozes de baixo” que surpreendemos o imprevisto. É no espaço de um devir menor que é possível, ainda que por vezes, “romper com um determinado estado de coisas (...) e atingir a máxima força criadora – capaz de produzir algo de original num mundo que persegue, como ideal, a igualdade e a semelhança” (SCHÖPKE, 2004, p. p. 24-25). Mas eis um impensado que, sob o signo da diferença pura, não reconduz a margem ao centro, visto que o centro não passa de desejo e a margem, tal como o “outro” representado, urge escapar do conceito.

Esses são alguns sentidos que se oferecem ao movimento descritivo-interpretativo desenvolvido a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À maneira de uma provocação ao senso comum – que nos induz a *reconhecer* pacificamente as escritas “de baixo” como práticas de insurreição –, insiste, nos textos de Cora Coralina e Carolina de Jesus, uma multiplicidade de movimentos enunciativos que, simultaneamente, endossa e perturba o reconhecimento das identidades “dessas” duas autoras como *diferenças*.

Movido por este incômodo, o presente trabalho se pôs à escuta de uma rede (inter)discursiva, capaz de constituir efeitos de sujeito à revelia da mera reconhecimento de conceitos. Acreditando na produtividade de se expor os fundamentos da Análise do Discurso (sobretudo as categorias mutuamente implicadas de *formação discursiva e função enunciativa*) ao diálogo com um pensamento diferencial, desenvolveu-se uma “desmontagem” da ética pós-moderna, que se entrelaça à construção discursiva de efeitos identitários nas escritas analisadas. Em direção oposta à restituição transparente de sentidos transgressores e/ou reacionários, empreendeu-se a visada interpretativa, determinada, simultaneamente, pela postulação do *discurso como prática de subjetivação* (cf. FOUCAULT, 2004) e pela concepção da diferença como *singularidades nômade*s, que, segundo Deleuze, presidem à gênese dos indivíduos.

Apesar do risco sempre presente de se reencaminhar a análise da *diferença* ao seio da representação – e, com isso, tornar estéreis, para este estudo, os desenvolvimentos de um pensamento diferencial –, pareceu produtiva a aproximação entre as teorizações da AD e as de outros domínios, como a filosofia, a história e os chamados Estudos Culturais. Sobretudo porque, ao abordar as formas distintas de relação (as contra-identificações, como diria Pêcheux) dos enunciadores com saberes formados a partir de diferentes positivities, esta análise prestigiou a instância do *devoir*, que inscreve os efeitos de sujeito no plano da contingência, em detrimento das essências integradoras. Nesse sentido, considerou-se que:

devoir não é imitar, nem fazer como se, nem se conformar a um modelo... Não há um termo do qual se parta, nem ao qual se chegue, ou ao qual se deva chegar. Não se trata também de dois termos que trocam de posição... Pois, à medida que alguém se orna, aquilo que ele se torna muda tanto quanto ele. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos. (DELEUZE, 1998, p. 8)

Entremeadas a uma trama (discursiva) que engendra os efeitos identitários em meio a movimentos identificatórios *dos* sujeitos, desenrolaram-se, na análise das sequências depreendidas, ordens distintas de “complicação”, ditadas pela natureza dos produtos culturais focalizados. Entre elas, a que configura a instabilidade dos objetos investigados, produzidos no interstício do estético com o ordinário. Tal oscilação, entretanto, longe de significar um problema para a análise, reiterou a inscrição das práticas discursivas *de* Cora Coralina e Carolina de Jesus no terreno fluido da “pós-modernidade”, que, conforme se enfatizou, se desenvolve sob o signo do movimento paradoxal de inserção e subversão de premissas. Daí deriva a compreensão da ética materializada na escrita *das* duas autoras como dinâmica de coabitação do mesmo pelo diferente, uma vez que os termos da *arte pela arte* (premissa modernista) emergem transfigurados pela “recuperação” do “real” histórico nas escritas de memória. Mais precisamente, a natureza intervalar dos produtos culturais investigados exigiu a consideração de um espaço de entremeio do estético (delineado em diferentes sistemas de pensamento como abertura para “fugas da linha de saber”) com o ordinário (não menos dado à subversão, visto que é o próprio espaço de elocução das “minorias”).

Para a abordagem desta especificidade das escritas focalizadas, foi decisiva a recorrência às reflexões de Deleuze (1997a) sobre a literatura. O caráter de intervalo (entre a arte e o relato), que se vinha intuindo desde o início da análise, ganhou sustentação nos postulados de que:

a) a escrita literária se reparte entre a criação de uma “língua original”, que expõe a linguagem ao limite “agramatical”, intensivo, a partir do qual se diz o que a língua habitual não pode dizer e

b) o texto de literatura guarda sempre relação com o “de fora”, de modo que permite a criação de novas formas de existir, para além das identidades “reconhecidas”.

Nessa perspectiva, remontou-se à postulação deleuziana de que os objetos literários se constituem como espaços de criação de novos possíveis, seja em razão da sua abertura para os procedimentos de desterritorialização lingüística, seja pelo seu potencial de liberação das vidas imprevistas, advindas do reino pré-individual das singularidades. Entre outras elaborações, recorreu-se à análise feita em *Crítica e clínica* sobre a relação do *fora* com a loucura, onde se lê que:

é necessário o procedimento, o procedimento lingüístico. (...) O procedimento impele a linguagem a um limite, mas nem por isso o ultrapassa. Ele devasta as designações, as significações, as traduções,

mas para que a linguagem por fim afronte, do outro lado de seu limite, as figuras de uma vida desconhecida e de um saber esotérico. O procedimento é apenas a condição, por mais indispensável que seja. Tem acesso às novas figuras quem sabe ultrapassar o limite. (1997a, p. 30)

A partir das teses sobre o caráter paradoxal da “pós-modernidade” (que reativa e subverte fundamentos artísticos e ideológicos) e das teorizações deleuzianas que arregimentam a literatura em torno dos procedimentos de subversão lingüística e da atualização de “forças invisíveis e inaudíveis” (MACHADO, 2009, p. 212), alcançou-se um outro plano de abordagem das escritas em questão: o que diz respeito à extensão do caráter ficcional aos objetos representados como restituídos do “real”. Visto que a escrita puramente “testemunhal”, assim como o total descolamento do estético em relação à história, não é mais que simulacro, este estudo julgou pouco produtiva a fixação de cada uma das práticas analisadas (*de* Cora Coralina e Carolina de Jesus) em um dos lados da balança, a saber: o da literatura ou o das formas de relato. Noutra direção, considerou-se significativo o caráter de deslizamento que tais escritas assumem em relação às representações do literário e da escrita cotidiana. Mais do que a simples instabilidade entre os dois eixos (o da subversão do código lingüístico e o da narração – histórica – das vidas proscritas), o que se depreendeu das materialidades analisadas é sintomático do próprio “contexto” (não menos *discursivo*) de formação do processo que engendra os efeitos-sujeito. Sob a égide da ordem “pós-moderna”, a natureza intervalar dos exercícios memorialísticos de Cora Coralina e Carolina de Jesus possibilita a reflexão sobre uma ética, em que a articulação do individual com o político dá lugar a “um povo que ainda falta ... um povo menor, tomado num devir revolucionário”, como assegura Deleuze no texto *A literatura e a vida* (In: 1997a, p. 14).

Não obstante o desinteresse desta pesquisa pelo enquadramento rígido dos textos de cada uma das autoras em um dos termos da oposição (a ficção *strictu sensu* e o relato), assinala-se, como resultado da análise, a depreensão de funcionamentos distintos, que instauram modos diversos de relação das duas escriturações (e dos efeitos sujeito construídos) com as representações do histórico e do ficcional. No caso das sequências extraídas de *Quarto de despejo*, interpreta-se que a coexistência da linguagem erudita com traços da grafia, da sintaxe e do vocabulário populares caminha na contramão da autoconsciência literária, que, sob o invólucro da experimentação lírica, acabou ironicamente imprimindo hermetismo ao programa modernista. Constituindo-se como expoentes da contestação pós-moderna à separação entre fato e

ficção, as sequências extraídas do diário de Carolina convalidam os pressupostos de que a história e a literatura não existem em si mesmas e, na ficção pós-moderna, estão sempre reunidas. Delineando-se no entre-espço da historicidade com a consciência de que só é possível conhecer o passado por meio dos seus restos textualizados (HUTCHEON, 1991, p. 39), a diarística de Carolina de Jesus, embora determinada pela equivocidade inevitável da língua, assume uma relação mais distensa com o ideal (moderno) de literariedade, calcado no postulado da intransitividade artística. Diferente do que se vê na escrita poemática de Cora Coralina. Nos versos da trilogia autobiográfica da autora goiana, a recusa da “relegação do passado extratextual ao domínio da historiografia em nome da autonomia da arte” (HUTCHEON, 19991, p. 127) emerge crivada por lances de experimentação auto-reflexiva, conformados ao tropo e aos torneios sintáticos de transgressão da linguagem “comum”.

Em todo caso, contudo, releva assinalar que, para os termos da presente pesquisa, nenhuma dessas práticas investigadas abriga, em sua materialidade, o que se tem referido alhures como o triunfo da criatividade do locutor sobre as variáveis externas que lhe condicionam a enunciação. Assim sendo, nem a poesia de Cora é pensada como prática que constitui, predominantemente, o triunfo (literário) do enunciador sobre o código lingüístico, nem ao diário de Carolina se imputa a subversão – consciente – de crenças e valores sócio-ideológicos. Em via contrária, afirma-se que, tanto num caso quanto no outro, o sentido de *poesia*, bem como o de *fuga aos conteúdos culturais*, são, de fato, efeitos discursivos, e não produtos da ação transgressiva e lúcida do locutor sobre variáveis da exterioridade (seja o sistema lingüístico ou as premissas sociais). Em síntese, a “narrativa do eu” concretizada em *Quarto de despejo* e nos *poemas dos becos* está articulada, neste trabalho, à dinâmica de entrecruzamento de fatores “externos” (o “dentro” e o “fora” da língua), que produz os sujeitos como efeitos discursivos contingentes e descontínuos, visto que a língua é fadada ao equívoco e o exterior histórico-ideológico é necessariamente heterogêneo.

Em que pesem tais especificações, os indícios de singularidade dessas duas escritas não ofuscam a série de aproximações estabelecidas entre os efeitos-sujeito que elas abrigam ao materializar o funcionamento discursivo. Entre alguns pontos discutidos ao longo da pesquisa, reiteram-se: a valorização do local e do regional, a desestabilização das fronteiras entre o público e o privado, a configuração de uma arte no interior do arquivo. À luz da assertiva foucaultiana de que a regularidade de um saber emerge a partir de uma dada positividade, essa empresa discursiva sobre a

construção do sujeito agrega os objetos analisados em um regime de formação. Inevitavelmente perpassado por uma rede de discursos-outros, a discursividade tomada como referência para esta análise do jogo intradiscurso/interdiscurso, que produz efeitos de sujeito na materialidade dos textos de Cora Coralina e Carolina de Jesus, rechaça o saber (discursiva e heterogeneamente constituído) da história tradicional, predominantemente metafísico, dogmático, moral e racional. Nesse ínterim, legitima o intempestivo, pluralista, heterodoxo e múltiplo saber “pós-moderno”.

Mas, em razão da heterogeneidade discursiva e do caráter de fluidez e dispersão que particulariza o “pós-moderno”, o processo de formação do discurso de referência (reabilitador das memórias subalternas), e também dos sujeitos, inscreve, ao lado do que Deleuze denomina o “pensamento sem imagem”, as não pouco conhecidas “imagens do pensamento”. Disso decorre a já explicitada configuração paradoxal dos efeitos-sujeito nas “práticas de si” perquiridas. Repartidas, em maior ou menor grau, entre o *diverso* (dado pelas grades de *saber*) e as *singularidades puras*, estas narrativas do eu abarcam, conforme se assinalou no capítulo anterior, subjetividades que se gestam na oscilação entre a renúncia de si (permeada pelo controle das vidas nômades) e a constituição ética do sujeito como fim último para si mesmo. Como quis mostrar esta análise, e conforme reconheceu Pêcheux (1990): todo discurso dominado é tecido de discursos dominantes integrados a ele; de tal modo que as suas próprias fronteiras não são plenamente asseguradas.

Neste momento, em que se ensaia o gesto finalizador de um mergulho no rio intempestivo e trágico da pós-modernidade, reverbera não mais que a luz, sem fachos díspares, dos *espaços entre*. Mas, se à verdade da fluidez que todos somos não nos cabe resistir, é permitido, pelo menos, amainar a frustração por não sermos plenos ex-cêntricos. Se seremos, no máximo, “forasteiros de dentro”, podemos ainda (seres de carne e papel) aceitar o convite da História, para, de dentro da terceira margem, sorrindo dizermos:

Às vezes sigo o (dis)curso, às vezes saio das margens, transbordo, alago, arrasto em meu caminho outras formas organizadas e as transformo em novas formas, e ambas compõem meu existir de rio. Às vezes objetivado, às vezes subjetivado, às vezes objetivo, às vezes subjetivo, sempre os dois ao mesmo tempo, eu sou rio e eu sorrio, eu, natural e humano, cursivo e discursivo, invento na História e a História. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 36)